

**CANNABIS MEDICINAL SOB A PERSPECTIVA DO TRABALHO INSTITUCIONAL: Uma
revisão sistemática de literatura**

THAIS FERNANDA CLEMENTE DE SOUSA NASCIMENTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

DÉBORA KARYNE DA SILVA ABRANTES
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

CANNABIS MEDICINAL SOB A PERSPECTIVA DO TRABALHO INSTITUCIONAL: Uma revisão sistemática de literatura

1 INTRODUÇÃO

A Cannabis Medicinal é um produto que vem ganhando território em debates no Brasil e no mundo. A Cannabis é um gênero de plantas, parte da família *Cannabaceae*, do qual a Cannabis sativa é a mais difundida (Geiner-Oneto & Sprague 2020). É conhecida desde 4000 a.C., data das primeiras evidências do cultivo de fibras da planta na China, durante a dinastia Han. Há indícios do uso medicinal, hedonista e religioso da planta a partir de 1000 a.C. na Índia, Tibete, Pérsia e Assíria, logo atingindo a Europa pelo Mediterrâneo e persistindo até os tempos modernos (Cavalcanti, 2016).

Os potenciais terapêuticos da Cannabis estão sendo alvo de várias pesquisas atuais, ainda que suas propriedades tenham sido mencionadas num texto médico datado de 2.700 a.C., o "*Pen Ts'ao Ching*" (Matos, *et al.* 2017). A autoria do escrito foi conferida ao imperador Shen-Nung, com sua cópia mais antiga encontrada no século I, desde então a Cannabis vem sendo utilizada em algumas partes do mundo com fins terapêuticos. Existem registros do produto sendo usado como alimento, fármaco, fibra para produção de papel, óleo combustível, além de fins têxteis (Lessa; Cavalcanti & Figueiredo, 2016). A Cannabis é uma planta composta por inúmeras moléculas bioativas, dentre elas o delta-9-tetrahydrocannabinol (THC) e canabidiol (CBD), que são os canabinóides mais estudados, sendo o (CBD) reconhecido por diversas propriedades terapêuticas, enquanto o (THC), possui efeitos intoxicantes, efeitos estes que podem ser considerados como principais fatores do estigma conhecido direcionado ao referido produto (Geiner-Oneto & Sprague 2020).

Para que indústrias estigmatizadas passem por um processo de legitimação perante a sociedade é necessária uma longa trajetória que envolve mobilizações, debates e até mesmo disputas, onde pesam ações e realizações discursivas, narrativas e retóricas performadas por atores institucionais preponderantes que consigam dar prosseguimento a tal processo. A Teoria Institucional de base sociológica possui dentro do seu arcabouço teórico o conteúdo Trabalho Institucional. O trabalho institucional, no âmbito da análise institucional, pode ser identificado como uma abordagem que visa compreender os processos intencionais de criação, manutenção e desconstrução de instituições (Lawrence & Suddaby, 2006).

A Teoria Institucional parte da premissa de que as instituições não são entidades estáticas, mas estruturas em constante processo de construção e reconstrução, que moldam e são moldadas por práticas sociais. Assim, o Trabalho Institucional versa sobre uma série de ideias que anteriormente eram vistas como dispersas, abrindo espaço para novas questões dentro do conteúdo, como o olhar atento para as atividades práticas (individuais e coletivas) e a agência humana. Podemos citar como fundamentos teóricos do conceito de trabalho institucional, em primeiro lugar o enfoque que é dado à agência humana e, em segundo lugar, podemos mencionar os estudos da Sociologia da Prática. Corroborando com Lawrence e Suddaby (2006), é necessário ressaltar que o trabalho institucional não tem o interesse de retroceder ao entendimento de que os praticantes seriam atores independentes dentro de um processo de institucionalização e que não sofrem nenhuma influência da estrutura, mas o trabalho institucional tem um enfoque no estudo das práticas e da agência humana, destacando o trabalho criativo que é operacionalizado nos bastidores do processo, que podem ou não atingir os fins desejados.

As instituições influenciam profundamente todos os aspectos da vida humana, conferindo significado e impulso às nossas ações, além de manterem coesas as estruturas físicas e simbólicas que as orientam e modelam. Por outro lado, é destacado que as instituições são construções em constante evolução, moldadas e mantidas pelas atitudes, pensamentos e emoções das pessoas, frequentemente de maneira não consciente e não intencional, mas

também através de manifestações de consciência institucional, expressando desejos de influenciar as estruturas e mobilizando recursos para alcançar tais objetivos. Essa perspectiva, centrada na ideia de agência incorporada, permeia as análises na perspectiva do trabalho institucional (Hampel, Lawrence & Tracey, 2017).

O trabalho institucional possui enfoque nos microprocessos, nas práticas e na ação intencional de atores relevantes com intenção de mudança nas estruturas institucionais. O emaranhando de práticas que podemos observar num nível micro da estrutura institucional, ainda no interior das organizações, se executadas por atores perspicazes, dotados de criatividade e com a utilização de instrumentos certos, podem conseguir legitimação e/ou institucionalização. Assim este trabalho parte da premissa de que o estudo da Cannabis medicinal a partir das lentes teóricas do Trabalho institucional pode ser importante para investigar um processo de legitimação e institucionalização desta planta para fins terapêuticos.

Nesse sentido, este estudo se propõe a realizar uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL) com o intuito de verificar a produção científica sobre o contexto citado. Assim, esta revisão tem como objetivo analisar como o tema Trabalho Institucional tem sido utilizado nos estudos sobre a Cannabis medicinal. A pesquisa tem como problema central: De que maneira o Trabalho Institucional tem sido utilizado nos estudos sobre Cannabis medicinal? Podendo contribuir com a expansão do conhecimento sobre cannabis medicinal, trabalho institucional e em como produtos estigmatizados podem conseguir legitimidade através dos trabalhos institucionais empreendidos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Cannabis Medicinal

Encontram-se registros que desde a antiguidade a Cannabis vem sendo utilizada para fins terapêuticos e recreativos em várias regiões do mundo, fazendo parte de várias culturas e civilizações mundiais (Bhawal & Salimath, 2021). Com base em uma revisão de evidências de pólen subfóssil, pesquisadores da área de arqueobotânica identificaram que a cannabis teve seus primeiros registros de cultivo há milhões de anos nas proximidades do Lago Qinghai, situado no planalto tibetano (McPartland et al., 2019). De acordo com registros históricos, o uso inicial da cannabis para fins medicinais remonta a aproximadamente 2.900 a.C., na China, onde foi documentado seu emprego no tratamento da gota (Eddy, 2010). Posteriormente, por volta de 1000 a.C., seu uso medicinal se disseminou para a Índia, onde foram descobertos diversos benefícios adicionais, incluindo suas propriedades analgésicas, anticonvulsivantes, anestésicas, antibióticas e anti-inflamatórias.

Durante o período medieval, comerciantes árabes introduziram a cannabis na África, onde foi usada para tratar malária, asma e desintéria (Bhawal & Salimath, 2021) Segundo Hand et al. (2016), embora a cannabis tivesse sua origem na Ásia Central e do Sul, sua introdução na Europa – e posteriormente nas Américas – ocorreu por meio de rotas comerciais estabelecidas. De acordo com Bhawal e Salimath (2021), a cannabis apresenta uma variedade de usos determinados pela concentração do Tetrahydrocannabinol (THC). Produtos de cannabis com níveis elevados de THC, conhecidos como maconha, podem ser empregados tanto para finalidades médicas quanto recreativas, enquanto aqueles com baixo teor de THC, como o cânhamo, são utilizados na fabricação de papel, roupas, cosméticos, embalagens e produtos correlatos. Estes mesmos autores destacam ainda que é comum o uso indiscriminado dos termos "cannabis" e "maconha", apesar de representarem conceitos distintos; enquanto "cannabis" se refere ao nome da planta em si, "maconha" é um produto derivado, geralmente com alto teor de Tetrahydrocannabinol (THC), usado para fins predominantemente recreativos (Bhawal & Salimath, 2021).

A história da cannabis nas Américas remonta ao período colonial, quando seu cultivo foi promovido para fins medicinais e utilitários. No século XVII, várias colônias exigiam o plantio de cannabis devido à sua fácil adaptação e múltiplos usos. Embora o uso de fibras de cânhamo e tinturas de cannabis fosse comum até a proibição em 1937, a regulamentação do cultivo, venda e uso da planta começou no início do século XX. Em 1906, a Lei de Alimentos e Medicamentos Puros, exigia que produtos contendo cannabis fossem rotulados como viciantes e perigosos, sem restringir sua venda ou uso de outras formas. Posteriormente, a Convenção Internacional do Ópio de 1912 limitou a exportação e venda de cannabis juntamente com outras substâncias, como folhas de coca e ópio (Coskuner-Balli, Pehlivan & Hughes, 2021).

A partir da década de 1930, e intensificando-se durante a presidência de Nixon, o consumo de cannabis nos Estados Unidos foi cada vez mais estigmatizado. Relatos sensacionalistas sobre pessoas enlouquecendo e agindo de maneiras inaceitáveis ajudaram a formar uma imagem negativa da cannabis. Em 1937, a Lei Fiscal sobre a Maconha efetivamente proibiu a venda e o uso de cannabis em nível federal, empurrando o mercado para a clandestinidade. Embora esses regulamentos aumentassem os custos de prescrição e aquisição da cannabis para fins medicinais, seu uso não foi completamente restringido até 1969, quando Nixon assinou a Lei de Substâncias Controladas, que estabeleceu cinco classes de substâncias controladas, classificando a maconha como substância controlada na mesma categoria da morfina e heroína. A subsequente Guerra às Drogas, iniciada na década de 1970, transformou-se em uma batalha política e social para o governo. Apesar da determinação do juiz administrativo da *Drug Enforcement Administration (DEA)*, Francis L. Young, de que a cannabis é "muito mais segura do que muitos alimentos comumente consumidos em sua forma natural e um dos dispositivos terapêuticos mais seguros conhecidos pelo homem", as petições de apelação não foram consideradas até a segunda metade da década de 1980. (Coskuner-Balli, Pehlivan & Hughes, 2021).

Em 1961, pode ser destacado um marco de combate às drogas com o advento da Convenção Única sobre Entorpecentes da Organização das Nações Unidas (ONU), da qual o Brasil é signatário por meio da ratificação da Convenção pelo Decreto nº 54.216/1964. O objetivo do documento é o combate ao abuso das drogas, por meio da cooperação internacional e "limitação da posse, do uso, da troca, da distribuição, da importação, da exportação, da manufatura e da produção de drogas exclusivas para uso médico e científico" (UNODC, 2017)

A partir de 1996, a maconha tornou-se legal para uso recreativo em nove estados e no Distrito de Columbia, e para uso medicinal em vinte outros estados, esta tendência é consistente com a opinião pública em relação à maconha. Em 1970, apenas 12% da população apoiou a legalização da droga. Atualmente, a maioria dos cidadãos dos EUA apoia a legalização total, e a porcentagem da população que se opõe explicitamente à legalização caiu cinquenta por cento desde 1969 (Schuster & Wroldsen, 2018) E até então Cannabis medicinal como também a recreativa vem sendo aceita na maioria dos Estados americanos. A pesquisa teve um enfoque no contexto americano, em virtude do tema está mais amadurecido na literatura. Porém no âmbito brasileiro também trataremos dos marcos legais da temática.

A promulgação da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006) estabeleceu um marco para a regulamentação da cannabis no Brasil. O artigo 2º, parágrafo único, dessa lei prevê que a União pode autorizar o plantio, cultivo e colheita de vegetais (como a cannabis), exclusivamente para fins medicinais ou científicos, em local e prazo predeterminados, mediante fiscalização (Brasil, 2006); porém, o cumprimento desse parágrafo não se observa em termos efetivos. Ademais, conforme o artigo 28 desta mesma lei, quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo drogas para consumo pessoal, sem autorização ou em desacordo com a regulamentação legal, está sujeito a penas como: (a) advertência sobre os efeitos das drogas,

(b) prestação de serviços à comunidade, e (c) medida educativa de comparecimento a programas ou cursos educativos (Brasil, 2006).

De acordo com Marinho e Neves (2022), o Brasil ainda não possui legislações específicas para o cultivo da cannabis com o objetivo de extração de óleo medicinal e fabricação de medicamento, portanto, esta responsabilidade está a cargo da ANVISA, que regula a matéria e fiscaliza o cumprimento das leis relativas ao controle sanitário, incluindo o plantio, cultivo e colheita de plantas utilizadas na fabricação da medicação, através de um documento denominado Resolução da Diretoria Colegiada (RDC). O Quadro 1 a seguir consta uma síntese das RDCs que ANVISA emitiu com conteúdo que possuía algum vínculo com a Cannabis medicinal. O quadro 1 a seguir consta uma síntese das RDCs que ANVISA emitiu com conteúdo que possuía algum vínculo com a Cannabis medicinal.

Quadro 1: Resoluções da Diretoria Colegiada da ANVISA

RDC	Conteúdo	Justificativa
RDC nº 3 de 26/01/2015	Dispõe sobre a atualização do Anexo I, Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial, da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998 e dá outras providências.	Processo para enfrentamento de situação de urgência
RDC nº 17 de 06/05/2015	Define os critérios e os procedimentos para a importação, em caráter de excepcionalidade, de produto à base de Canabidiol em associação com outros canabinoides, por pessoa física, para uso próprio, mediante prescrição de profissional legalmente habilitado, para tratamento de saúde	Processo para enfrentamento de situação de urgência
RDC nº 66 de 18/03/2016	Permite a prescrição e importação de medicamento que contenham THC em sua composição por pessoa física.	Cumprimento da ação civil nº 0090670- 16.2014.4.01.3400
RDC nº 156 de 05/05/2017	Inclusão da Cannabis Sativa na lista de Denominações Comuns Brasileiras – DCB como planta medicinal.	Processo de Atualização Periódica da lista
RDC nº 327 de 09/12/2019	Dispõe sobre os procedimentos para a concessão da Autorização Sanitária para a fabricação e a importação, bem como estabelece requisitos para a comercialização, prescrição, a dispensação, o monitoramento e a fiscalização de produtos de Cannabis para fins medicinais, e dá outras providências.	Facilitar o procedimento de importação
RDC nº 335 de 24/01/2020	Facilita os procedimentos para a importação de produtos derivados de Cannabis, para uso próprio, mediante prescrição de profissional legalmente habilitado, para tratamento de saúde	Facilitar o procedimento de importação
RDC nº 570 de 06/10/2021	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 335, de 24 de janeiro de 2020.	Alteração da RDC anterior
RDC nº 660 de 30/03/2022	Define os critérios e os procedimentos para a importação de Produto derivado de Cannabis, por pessoa física, para uso próprio, mediante prescrição de profissional legalmente habilitado, para tratamento de saúde.	Definição de critérios para importação de produtos derivados de Cannabis

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Na seção seguinte será tratado sobre o Trabalho Institucional.

2.2 Trabalho institucional

De acordo com a evolução da Teoria Institucional, percebe-se uma mudança de ênfase ao longo do tempo. Inicialmente, as pesquisas destacavam o impacto preponderante das instituições na estrutura e prática organizacional, com uma ênfase limitada na capacidade individual de agência; assim, a agência humana era uma consideração secundária, enxergada como uma consequência das pressões institucionais ou, por vezes, sequer era considerada. No entanto, trabalhos contemporâneos, concentrados no âmbito do empreendedorismo institucional, têm enfatizado a atuação de determinados atores como agentes poderosos e até mesmo heroicos, capazes de influenciar e moldar as instituições de maneira substancial. (Lawrence, Suddaby & Lecca, 2009). Nestes termos, os estudos na perspectiva do trabalho institucional almejam certo equilíbrio em relação as tensões existentes entre as instituições e a ação, mostrando uma relação recursiva entre estas.

Em se tratando de estudos que envolvem a agência humana, o trabalho institucional pretende lançar luz nas capacidades envolvendo consciência, habilidade, reflexividade de atores individuais e coletivos envolvidos em processos de mudança institucional, retratando-os como figuras capazes de moldar as estruturas vigentes. Quanto à sociologia da prática, os estudos concentram-se na análise de conjuntos particulares de práticas, destinadas a afetar os arranjos institucionais em que estão inseridas (Lawrence & Suddaby, 2006; Hampel, Lawrence & Tracey, 2017). Pesquisar a sociologia da prática e agência humana a partir da perspectiva do trabalho institucional, pode oferecer oportunidades ricas e multifacetadas de compreender como as instituições são moldadas e transformadas pelas ações cotidianas dos indivíduos. Essa perspectiva objetiva à compreensão das práticas sociais como elementos fundamentais na construção, manutenção, reprodução e destruição das instituições, destacando o papel ativo dos agentes humanos na criação e manutenção do tecido social.

Lawrence e Suddaby (2006) propuseram três grandes categorias do trabalho institucional: a criação, a manutenção e a destruição das instituições. O processo de criação manutenção e de destruição de instituições envolve, de acordo com Lawrence e Suddaby (2006), várias etapas e formas de trabalho institucional, que podem ser utilizadas no referido processo. Essas formas são elencadas no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2: Formas de criação de instituições

<i>Enfoque</i>	Forma de trabalho institucional	Definição
Regulatório	Advocacia	Mobilização de apoio político e regulatório por meio de técnicas diretas e deliberadas de persuasão social.
	Definição	A construção de sistemas de regras que conferem status ou identidade, define limites de associação ou criam hierarquia de <i>status</i> dentro de um campo.
	Aquisição	A criação de estruturas de regras que conferem direitos de propriedade.
Normativo	Construindo identidades	Definição de relação entre um ator e o campo em que esse ator opera.
	Associações normativas suspensas	Refazer as conexões entre conjuntos de práticas e os fundamentos morais e culturais para essas práticas.

<i>Social-cognitivo</i>	Construindo redes normativas	Construção de conexões interorganizacionais através das quais as práticas se tornam normativamente sancionadas e que formam o grupo de pares relevantes no que diz respeito ao cumprimento, monitoramento e avaliação de tais práticas.
	Mimetismo	Associação do conjunto de novas práticas a conjuntos de práticas existentes, tecnologias e regras aceitas para facilitar a adoção.
	Teorização	O desenvolvimento e especificação de categorias abstratas e a elaboração de cadeias de causa e efeito.
	Educação	A educação dos atores em habilidades e conhecimentos necessários para apoiar a nova instituição.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Lawrence e Suddaby (2006).

No trabalho de criação de instituições – que são os tipos de trabalhos alvo do maior número de pesquisas – observa-se 10 tipos de trabalhos institucionais, em que os primeiros são a advocacia, definição e aquisição estão vinculados ao pilar institucional regulatório. A advocacia é a forma que permite atores de determinado campo fazer reivindicações, com a finalidade de alterarem a estrutura daquele respectivo campo, através de alocações de recursos materiais e sociais, promoção de novas agendas, novas leis ou ataques das leis em vigor, com intuito de criação de novas estruturas e práticas. A definição diz respeito a uma construção de sistemas de regras, que definem e podem alterar *status* e hierarquias, como a criação de categorias de organizações dentro de um determinado campo; pode ser entendido como a definição de padrões e certificação de atores que operam num campo específico. A aquisição é visível quando uma autoridade do governo é usada para realocar direitos de propriedade, referindo-se a microprocessos de criação de novos atores e novas dinâmicas no campo. O quadro 3 vai tratar da manutenção de instituições:

Quadro 3: Formas de manutenção de instituições

<i>Enfoque</i>	Forma de trabalho institucional	Definição
<i>Baseado em sistemas de regras</i>	Ativação do trabalho	A criação de regras que facilitem, complementem e apoiem as instituições, como a criação de agentes autorizadores para realização de novas rotinas institucionais.
	Policimento	Categoria que envolve o cumprimento de requisitos institucionais por meio de fiscalização, auditoria e monitoramento.
	Dissuasão	Estabelecimento de barreiras coercitivas a mudanças institucionais.
<i>Concentrado nos esforços na reprodução de normas e crenças existentes</i>	Valorização e demonização	Fornecimento para o consumo público de exemplos positivos e negativos que ilustrem os fundamentos normativos de uma instituição.
	Mitologia	Preservar os fundamentos normativos de uma instituição criando e sustentando mitos sobre sua história.
	Incorporação e rotinização	Infundir ativamente os fundamentos normativos de uma instituição nas rotinas do dia a dia e nas práticas organizacionais dos participantes.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Lawrence e Suddaby (2006).

No trabalho institucional voltado para a manutenção das instituições, observa-se a importância de apoiar, reparar ou recriar os mecanismos sociais que garantem o cumprimento das normas. O enfoque se dá na identificação das descrições concretas de atores envolvidos em atividades destinadas a manter os controles que sustentam uma instituição. Foram mapeados 6 tipos de trabalho institucional dedicados à manutenção das instituições, divididos em categorias como 'habilitar', 'policiar', 'dissuadir', 'valorizar/demonizar', 'mitificar' e 'incorporar e rotinizar', cada um com seu papel específico na reprodução de normas e sistemas de crenças existentes (Lawrence & Suddaby, 2006).

Quadro 4: Formas de desestruturação de instituições

<i>Forma de trabalho institucional</i>	Definição
<i>Sanções de desconexão</i>	Trabalhar através do aparato estatal para desconectar recompensas e sanções de algum conjunto de práticas, tecnologia ou regras.
<i>Dissociação de fundamentos morais</i>	Dissociar a prática, regra ou tecnologia de sua base moral conforme apropriado dentro de um contexto cultural específico.
<i>Subtração de suposição e crenças</i>	Diminuir os riscos percebidos de inovação e diferenciação, minando as premissas e crenças centrais.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Lawrence e Suddaby (2006).

Já os tipos de trabalho institucional voltados para a desestruturação das instituições destacam a importância de atacar ou minar os mecanismos que incentivam a conformidade dos membros às normas estabelecidas. O enfoque está em identificar descrições concretas de atores envolvidos em atividades destinadas a romper os controles que sustentam as instituições. Esse tipo de trabalho se concentra na desconexão entre uma instituição e os controles sociais que a mantêm, desarticulando recompensas e sanções, dissociando fundamentos morais e minando suposições e crenças, o que resulta na perturbação das instituições ao reduzir o impacto desses controles sociais na conformidade (Lawrence & Suddaby, 2006).

Gidley e Palmer (2021) ampliam os estudos acerca do trabalho institucional, introduzindo a ideia de contexto, que contempla geografias, indústrias e populações de onde os trabalhos são empreendidos, bem como definem o trabalho institucional como "[...] o conjunto de ações físicas e mentais, realizadas com esforço intencional, por atores individuais ou coletivos, para criar, manter ou desestabilizar instituições em diferentes contextos sociais".

2.3 Legitimidade

Na década de 1960, a maioria dos Estudos Organizacionais tratava as organizações como sistemas fechados e não contemplava as situações existentes em seu entorno, suas trocas e relações. A partir da década de 1970, com os estudos da Nova Teoria Institucional e o surgimento de novas organizações competem e colaboram entre si para obter condições e vantagens tecnológicas, políticas, econômicas, legais, entre outras. As estruturas, normas, padrões que hoje estão consolidados nos modelos organizacionais, são provenientes do processo de institucionalização racional, vivenciados pelas organizações e instituições, que foram sendo legitimados ao longo do tempo. Os elementos institucionais racionalizados nas organizações são fatores preponderantes para definir novas situações de organização, redefinir regras, e ainda, especificar os meios existentes para lidar com tais regras.

Todo o processo de racionalização de criação de normas e processos que influenciam ou determinam o comportamento das instituições e organizações podem compor a legitimidade. Legitimidade pode ser definida como uma percepção ou suposição generalizada de que as ações

de uma entidade são desejáveis, adequadas ou apropriadas dentro de algum sistema socialmente construído de normas, valores e crenças Suchman (1995). De acordo com Deephouse e Suchman (2008), a legitimidade pode ser conferida através de várias fontes, cada uma usando uma rotina distinta. Alguns estudos apontam que os Estados-Nações são as maiores autoridades capazes de conferir legitimidade a outrem, outros apontam que ela é conferida pelas próprias organizações, em suas relações, a mídia também pode ser um agente que confere e endosse legitimidade. Porém, a legitimidade é cíclica, e pode mudar de acordo com mudanças de contextos, de crença e valores sociais.

No âmbito organizacional, cada empresa terá instituições para realizar suas avaliações, por exemplo empresas de alimentos, cosméticos, automóveis, cada natureza pede um tipo distinto de legitimação. Rossoni (2015) afirma que as organizações possuem um caráter multifacetado, o que as levam a atuarem em estrato sociais com lógicas distintas, portanto, elas podem apresentar diferentes formas ou conteúdos legitimadoras que, por sua vez, também podem apresentar dimensões, níveis e origens variados da legitimidade.

Observamos que a legitimidade é o objetivo das instituições e organizações, é o elemento que elas visam para se estabelecerem, portanto nesta pesquisa objetivamos vincular os temas cannabis medicinal e trabalho institucional, com intuito de verificar o estado da arte neste contexto analisando quais os trabalhos institucionais podem ser empreendidos para conferirem legitimidade a mercados estigmatizados.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Um processo de revisão sistemática de literatura foi realizado neste estudo, com o intuito de fornecer uma análise das evidências disponíveis e uma compreensão mais detalhada acerca dos desafios e oportunidades associados a esse fenômeno em evolução. Essa metodologia tem como objetivo a identificação e análise dos estudos publicados de modo que permita identificar o estado da arte de uma determinada temática, assim como responder a uma questão de pesquisa específica (Staples; Niazi, 2007). Assim, a RSL se constitui como uma importante ferramenta para a descoberta de lacunas, contribuindo na identificação áreas-chave para futuras pesquisas, tanto para a saúde pública, como para questões de âmbito sociais, econômicas, jurídicas e mercadológicas.

Contudo, de modo a garantir maior validade, a revisão sistemática da literatura deve seguir rigoroso protocolo de busca e análise. Nesse sentido, a execução da revisão se baseou nas etapas propostas por Kitchenham (2004), que indica algumas etapas que devem ser seguidas para a realização de uma revisão abrangendo o planejamento, a execução e a sumarização dos conteúdos identificados, a saber: (i) Formulação da questão de pesquisa; (ii) Definição da estratégia de pesquisa; (iii) Seleção dos estudos; (iv) Extração dos dados; e, finalmente, (v) Síntese dos dados. Tais etapas são descritas a seguir.

3.1 Formulação da questão de pesquisa

A presente revisão tem como objetivo analisar como o Trabalho Institucional tem sido utilizado nos estudos acerca da Cannabis medicinal. Dessa forma, a questão que norteou a pesquisa foi: De que maneira o Trabalho Institucional tem sido utilizado nos estudos sobre Cannabis medicinal?

3.2 Definição da estratégia de pesquisa

Quadro 5: Filtros para inclusão de trabalhos

Filtro	Justificativa
1. Tipo de Documento	Para a presente pesquisa o tipo de documento utilizado foi o artigo.
2. Área de Conhecimento	Foram selecionados materiais correspondentes as áreas de interesse dessa pesquisa: <i>Administração/Management</i> , <i>Negócios/Business</i> e <i>Economia/Economy</i> , <i>Administração Pública/Public Admisnitation</i>
3. Trabalhos que estivessem vinculados a temática da presente pesquisa.	A partir da leitura dos artigos, foi feita a análise para identificar se os trabalhos encontrados estão vinculados a presente pesquisa.

Fonte: elabora pela autora (2024)

Para fins de realização da presente pesquisa não foi delimitado ano de publicação, quando a pesquisa estava sendo elaborada, foi pensado que não teríamos muitos artigos a respeito da presente temática, portanto o item ano de publicação ficou em aberto.

Após a definição dos filtros, delineou-se as palavras-chave e as bases para as buscas, sendo a *Web of Science (WoS)*, o *Scopus* e a *Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL)* a escolha para essa RSL. Esse protocolo pode ser visualizado a seguir:

Quadro 6: Palavras-chave e bases de dados de busca

Palavras-Chave	Locais de Busca
"Institutional work" and "cannabis" or "medicinal cannabis" or "medical cannabis" or cannabinoids or cbd	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Web of Science (WoS)</i> ▪ <i>Scopus</i> ▪ <i>SPELL</i>

Fonte: elabora pela autora (2024)

3.3 Seleção dos estudos:

A primeira busca foi feita, inicialmente, sem restrição por nenhum filtro, para rastrear todas as publicações sobre o tema. Como resultado, na *Web of Science* foram obtidos 7.697 artigos, a grande quantidade de artigos nos achados ocorre em virtude da pois a sigla "CBD", que está nas palavras-chaves, também ser siglas de áreas distintas, portanto caindo no espectro da presente pesquisa, porém após a aplicação dos três mencionados filtros no Quadro 5, obtivemos 26 artigos no total. Após a leitura destes artigos na íntegra, foram selecionados 5 artigos que estavam vinculados à temática de Trabalho Institucional e Cannabis Medicinal. Já no *Scopus*, após refinamento dos três primeiros filtros, obteve-se 1 artigo e este foi excluído por se tratar de trabalho já encontrado na *WoS*. Para as buscas no *SPeL* e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, não foram encontrados resultados para as palavras-chave inseridas. No total, a busca resultou em **5 artigos** sobre a temática.

3.3 Extração dos dados

Na fase de extração de dados, os artigos, após terem sido submetidos à leitura crítica, foram categorizados conforme os critérios de extração pré-estabelecidos, a saber: 1) Objetivos; 2) Abordagem de pesquisa: quantitativo, qualitativo, quanti-quali; 3) Classificação dos estudos quanto aos objetivos; 4) Método de análise; 5) Perspectiva teórica adotada; e, por fim, 6) Análises e principais resultados encontrados.

3.5 Síntese dos dados

A etapa final da revisão consistiu na análise e síntese dos dados extraídos. Para a análise dos dados extraídos optou-se por realizar uma Análise de Conteúdo temática que, segundo Bardin (2011), permite a descrição do conteúdo emitido no processo de comunicação, bem como as inferências sobre os dados coletados. Já a análise descritiva dos dados foi realizada com auxílio do Software StArt.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Uma análise descritiva dos resultados

Para fins desta pesquisa não houve recorte temporal, observamos a partir dos trabalhos encontrados na RSL que os artigos que possuem uma certa vinculação com as temáticas de Cannabis medicinal e/ou Trabalho Institucional começaram a ser escritos em 2017, podemos observar através deste dado que se trata de um conteúdo recente para o âmbito da Administração.

Quadro 7: Resultados da pesquisa

	Título	Autor(es)	Ano	Tipo/ Método	Periódico/ Área	Informações relevantes
1	<i>Entrepreneurship, Identity, and the Transformation of Marketing Systems: Medical Cannabis in California</i>	Kenji Klein	2017	Empírico/ Qualitativo	<i>Journal of Macromarketing/Business</i>	Este artigo examina como os empreendedores que operavam em mercados clandestinos (Cannabis), passaram a enxergar as leis que regiam o marketing destes mercados ilegítimas, explorando o papel que as identidades desempenham na motivação dos empreendedores a desafiar as instituições existentes.
2	<i>Cannabis Regulatory Confusion and Its Impact on Consumer Adoption</i>	Stephanie Giger-Oneto e Robert Sprague	2020	Teórico/ Qualitativo	<i>American Business Law Journal/Business Law</i>	O artigo em questão aborda como a legislação e os regulamentos influenciam as percepções do consumidor sobre uma categoria de um produto e como os regulamentos contraditórios influenciam na adoção de um produto estigmatizado como a Cannabis. Por fim este artigo traz contribuições de estratégias de como promover a legitimação de produtos estigmatizados com o exemplo da Cannabis.
3	<i>Waiting to Inhale: Reducing Stigma in the Medical Cannabis</i>	Kisha Lashley e Timothy G. Pollock	2020	Empírico/ Qualitativo	<i>Administrative Science Quarterly/Business</i>	O presente artigo adota uma abordagem indutiva para explicar o processo de redução do estigma de uma categoria industrial, a Cannabis, nos EUA, e

	<i>Industry</i>				<i>Management</i>	entender como os atores desta indústria tentaram coletivamente criar e disseminar uma imagem pública moral baseada na cura e nos direitos dos pacientes, a partir das lentes do trabalho institucional.
5	<i>Institutional Work and Brand Strategy in the Contested Cannabis Market</i>	Gökçen Coskuner-Balli, Ekin Pehlivan, and Mine Üçok Hughes	2021	Empírico/Qualitativo	<i>Journal of Macromarketing/Business</i>	Esta pesquisa explora o trabalho institucional de uma marca pioneira – MedMen – no mercado legal de cannabis nos Estados Unidos. Aqui são analisadas as campanhas de comunicação de marketing e dos comunicados de imprensa corporativos da MedMen entre 2018 e 2020 revelando a aquisição, o mimetismo e a construção de identidades de consumo como os principais tipos de trabalho institucional que a marca adotou.
5	<i>Antagonism to Protagonism : Tracing the Historical Contours of Legalization in an Emerging Industry</i>	Shalini Bhawal e Manjula S. Salimath	2022	Teórico/Qualitativo	<i>Journal of Business Ethics / Business Ethics</i>	O artigo em questão explora a legalização da indústria da Cannabis nos EUA, analisando o caminho que foi percorrido e como os movimentos sociais impulsionaram o processo.

Todos os trabalhos encontrados utilizaram metodologia qualitativa, indicando que ainda não foram encontrados trabalho de ordem quantitativa no estudo. Isso se deve, possivelmente, ao caráter dos objetivos dos estudos que abordam, em sua maioria, aspectos sociais e cognitivos – a partir do pressuposto de que há um conjunto de crenças e valores que permeia as visões e as interpretações individuais que, por sua vez, representam um sistema cognitivo compartilhado – podendo ter influenciado nas escolhas metodológicas.

Os artigos encontrados na presente pesquisa são das áreas de administração vinculados ao direito, ética e marketing, de acordo com levantamento realizado, apenas o estudo de Lashley e Pollock (2020), é proveniente da área puramente de administração/gestão, mostrando que existem lacunas no campo de pesquisa.

Todos os trabalhos encontrados com esta temática não são brasileiros, como a Cannabis medicinal se trata de uma indústria emergente no Brasil, é interessante investigar a pesquisa a partir desta lente teórica, trazendo contribuições para a Administração/gestão.

4.2 Cannabis medicinal e Trabalho Institucional

A cannabis medicinal tem emergido como uma alternativa terapêutica significativa para uma variedade de condições médicas, incluindo epilepsia refratária, esclerose múltipla, e dor crônica. (Bhawal & Salimath, 2021) Encontram-se pesquisas na literatura com a temática Cannabis medicinal, inclusive no Brasil, em diversas áreas de conhecimento como Medicina,

Enfermagem, Psicologia, Direito, dentre outras. Porém como foi mostrado com os resultados do trabalho, na área de Administração e Estudos Organizacionais com as lentes destas áreas, encontramos lacunas teóricas.

A legalização e regulamentação da cannabis medicinal representam uma mudança institucional significativa, o trabalho institucional fornece ferramentas para estudar como essas mudanças ocorrem, quem são os agentes de mudança (empreendedores institucionais) e quais estratégias são usadas para desafiar e reformar as normas e práticas estabelecidas. Gidley e Palmer (2021) destacam a importância do contexto para compreensão dos trabalhos institucionais, incluindo geografia, indústria e população, mostrando que a eficácia do trabalho institucional pode variar de maneira acentuada de acordo com o ambiente contextual e com os atores institucionais envolvidos.

O trabalho institucional permite a análise de como a cannabis medicinal está sendo normalizada e legitimada em diferentes contextos. Estudar como as instituições de saúde, políticas e sociais estão reconhecendo e regulando a cannabis medicinal pode revelar os processos de legitimação e os conflitos normativos envolvidos.

4.2 Contribuições teóricas

Há lacunas de conhecimento no campo da Administração envolvendo estudos que busquem compreender como produtos e mercados socialmente estigmatizados conseguem se legitimar e conquistar aceitação em setores da sociedade civil. A indústria da Cannabis Medicinal é representativa nesse sentido, servindo de referência para entender como sua legitimidade vem sendo conquistada no Norte Global (Lashley & Pollock, 2020; Smith et al., 2022). Assim, a literatura sobre o uso da Cannabis Medicinal ainda está em desenvolvimento, o que pode influenciar a criação de novas instituições e regulamentações à medida que mais informações se tornem disponíveis, principalmente no domínio das Ciências Sociais, especificamente no âmbito da gestão (Helms & Patterson, 2014; Lashley & Pollock, 2020). Os esforços para trazer atividades ilegais para a superfície e desafiar mecanismos de articulação de mercados em relação a governos, permanecem em grande parte não estudados, sabe-se pouco a respeito do que impulsiona este trabalho (Klein, 2017).

Outra lacuna é o fato de existir um potencial ainda pouco realizado para as pesquisas que expliquem como a legitimidade é conquistada a partir de trabalhos de natureza institucional, compreendido como os esforços para criação, manutenção e/ou desestruturação de instituições (Binz et al., 2016). A considerar o interesse crescente de estudiosos por entender como esse tipo de ação constrói legitimidade (Hota, Bhatt & Qureshi, 2023), existe potencial para mapeamento de mecanismos que esclareçam o processo de legitimação, de mercados estigmatizados

Dessa forma, em termos de contribuições teóricas, a proposta pretende lançar luz na trajetória da Cannabis Medicinal em si, vinculada ao Trabalho Institucional. Pretende contribuir teoricamente, também, para os estudos de administração/gestão evidenciando um processo de institucionalização de produtos socialmente contestados e ampliar os estudos do trabalho institucional, vinculando-os à temática de produtos estigmatizados que, de acordo com o exposto, é pouco explorada.

4.3 Proposição de uma agenda de pesquisa

A revisão aqui exposta não tem o intuito de esgotar as possibilidades de estudos sobre Cannabis medicinal e Trabalho Institucional. Por esse motivo, nesta seção serão indicadas algumas propostas de pesquisa futuras através de adaptações dos artigos analisados.

- a) Realizar pesquisas com um maior caráter de generalização, com pesquisas quantitativas, ao invés de analisar contextos muito restritos. (Klein (2017), Lashley & Pollock, 2020)
- b) Realizar estudos mais abrangentes, com pequenos produtores de cannabis, associações incipientes e não apenas com os produtores proeminentes existentes no mercado. (Lashley & Pollock, 2020)
- c) Investigar outros processos de legitimação de indústrias estigmatizadas, com a finalidade de analisar se podem utilizar os mesmos trabalhos institucionais empreendidos na Cannabis medicinal. (Lashley & Pollock, 2020)
- d) Investigar processos de mercados que um dia foram estigmatizados e atualmente perderam suas características estigmatizantes (fato que ainda não aconteceu com a Cannabis) para enxergar como se deu o processo de maneira integral. (Lashley & Pollock, 2020)
- e) Realizar trabalhos que explorem o sentimento dos clientes de Cannabis ao adquirirem um produto institucionalizado, para uma melhor compreensão de como a institucionalização contribui para a legitimação (Coskuner-Balli, Pehlivan, & Hughes, 2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legitimação e institucionalização de indústrias estigmatizadas, como a da Cannabis medicinal, requer um processo complexo de mobilizações e debates. A teoria do Trabalho Institucional, no âmbito da análise institucional, oferece uma lente valiosa para entender esses processos, ao focar a criação, manutenção e desconstrução de instituições através de práticas e agência humana (Lawrence & Suddaby, 2006). O conceito de trabalho institucional destaca os microprocessos e a ação intencional de atores que buscam influenciar e transformar estruturas institucionais, utilizando práticas criativas e recursos adequados

Este estudo propõe-se a realizar uma RSL para investigar como o Trabalho Institucional tem sido utilizado nos estudos sobre a Cannabis medicinal, com o objetivo de compreender os mecanismos de legitimação e institucionalização deste produto para fins terapêuticos. A pesquisa busca responder à questão central: de que maneira o Trabalho Institucional tem sido utilizado nos estudos sobre Cannabis medicinal? Com intuito de contribuir para a expansão do conhecimento sobre a legitimação de produtos estigmatizados e o papel do trabalho institucional nesse contexto.

Esta revisão apresentou uma discussão abrangente sobre a Cannabis medicinal no contexto do Trabalho Institucional. É possível afirmar que o objetivo geral da pesquisa foi alcançado, identificando, também, o estado da arte da temática abordada. A partir da revisão foi possível identificar que os artigos encontrados investigam caminhos para obtenção de legitimação da Cannabis medicinal a partir de trabalhos institucionais empreendidos e que formas de trabalhos institucionais são eficazes para obtenção de legitimação.

Como limitação, podemos observar que as pesquisas encontradas foram realizadas nos Estados Unidos, país em que a Cannabis medicinal foi institucionalizada em grande parte dos Estados, seria interessante investigar como diferentes países ou regiões regulamentam e integram a cannabis medicinal em seus sistemas de saúde, estes estudos podem revelar variáveis institucionais que influenciam a aceitação e implementação. Consideramos importante também a investigação do desenvolvimento e a eficácia das políticas públicas relacionadas à cannabis medicinal, incluindo estudos de caso de regiões que recentemente legalizaram seu uso.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arnold, J. C., Nation, T., & McGregor, I. S. (2020). Prescribing medicinal cannabis. *Australian Prescriber*, 43(5), 152.

ANVISA. (2024, junho 2). Registrado primeiro medicamento à base de Cannabis Sativa. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/noticias/-/asset_publisher/FXrpx9qY7FbU/content/agencia-aprova-primeiro-remedio-a-base-de-cannabis-sativa/219201

ANVISA. (2024, junho 15). Importação de medicamentos sujeitos a controle especial, à base de outras substâncias, para uso próprio e para fins de tratamento de saúde. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/importacao-controlados/saiba-mais>

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (Ed. Revista e Ampliada). São Paulo: Edições 70.

Bhawal, S., & Salimath, M. S. (2022). Antagonism to Protagonism: Tracing the Historical Contours of Legalization in an Emerging Industry. *Journal of Business Ethics*, 178(3), 783-801.

Binz, C., Harris-Lovett, S., Kiparsky, M., Sedlak, D. L., & Truffer, B. (2016). The thorny road to technology legitimation—Institutional work for potable water reuse in California. *Technological Forecasting and Social Change*, 103, 249-263.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. (2018). *Relação Nacional de Medicamentos Essenciais: RENAME 2018*. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.conass.org.br/wp-content/uploads/2018/11/RENAME-2018.pdf>. Acesso em: 02.06.2024.

Deephouse, D. L., Bundy, J., Tost, L. P., & Suchman, M. C. (2017). Organizational legitimacy: six key questions. In R. Greenwood, C. Oliver, T. Lawrence, & R. E. Meyer (Eds.), *The SAGE handbook of organizational institutionalism* (2nd ed., pp. 27-54). London, Thousand Oaks, CA & New Delhi: Sage Publications.

Cavalcanti, B. (2016). A folha amarga do grande avô: Fluxos e refluxos do sagrado no maconhismo popular brasileiro. In E. Macrae & W. Alves (Eds.), *Fumo de Angola: cannabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade* (pp. 417-443). Salvador: EDUFBA.

Coskuner-Balli, G., Pehlivan, E., & Üçok Hughes, M. (2021). Institutional work and brand strategy in the contested Cannabis Market. *Journal of Macromarketing*, 41(4), 663-674. do consumo de cannabis.

Geiger-Oneto, S., & Sprague, R. (2020). Cannabis regulatory confusion and its impact on consumer adoption. *American Business Law Journal*, 57(4), 735-772.

Gidley, D., & Palmer, M. (2022). Institutional work: A review and framework based on semantic and thematic analysis. *M@n@gement*, 24(1), 49-63.

- Hampel, C. E., Lawrence, T. B., & Tracey, P. (2017). Institutional work: taking stock and making it matter. In R. Greenwood, C. Oliver, T. Lawrence, & R. E. Meyer (Eds.), *The SAGE handbook of organizational institutionalism* (2nd ed., pp. 558-590). London, Thousand Oaks, CA & New Delhi: Sage Publications.
- Helms, W. S., & Patterson, K. D. (2014). Eliciting acceptance for “illicit” organizations: The positive implications of stigma for MMA organizations. *Academy of Management Journal*, 57(5), 1453-1484.
- Hota, P. K., Bhatt, B., & Qureshi, I. (2023). Institutional work to navigate ethical dilemmas: evidence from a social enterprise. *Entrepreneurial Business Magazine*, 38(1), 106269, 1-21.
- Kitchenham, B. (2004). *Procedimentos para a realização de revisões sistemáticas*. Keele, Reino Unido: Universidade Keele.
- Klein, K. (2017). Entrepreneurship, identity, and the transformation of marketing systems: Medical cannabis in California. *Journal of Macromarketing*, 37(1), 85-101.
- Lashley, K., & Pollock, T. G. (2020). Waiting to inhale reducing stigma in the medical cannabis industry. *Administrative Science Quarterly*, 65(2), 434-482.
- Lawrence, T., & Suddaby, R. (2006). Institutions and institutional work. In S. R. Clegg, C. Hardy, T. B. Lawrence, & W. R. Nord (Eds.), *Handbook of organization studies* (pp. 215-254). London: Sage.
- Lawrence, T. B., Suddaby, R., & Leca, B. (2009). Introduction: theorizing and studying institutional work. In T. B. Lawrence, R. Suddaby, & B. Leca (Eds.), *Institutional work: actors and agency in institutional studies of organizations* (pp. 1-27). Cambridge: Cambridge University Press.
- Marinho, C. A. G., & Neves, I. F. (2022). Regulamentação do uso medicinal e científico da cannabis no Brasil. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 8(11), 1264-1283.
- Matos, R. L. A., et al. (2017). O uso do canabidiol no tratamento da epilepsia. *Revista Virtual de Química*, 9(2), 786-814.
- Rossoni, L. (2015). O que é legitimidade organizacional? *Organizações & Sociedade*, 23(76), 110-129.
- Smith, A., Wong, N. D., Sørensen, A. R., Jones, I., & Coraiola, D. M. (2022). Historical narratives and the defense of stigmatized industries. *Journal of Management Inquiry*, 31(4), 386-404.
- Schuster, W. M., & Wroldsen, J. (2018). Entrepreneurship and legal uncertainty: Unexpected federal trademark registrations for marijuana derivatives. *American Business Law Journal*, 55(1), 117-166.

Suchman, M. C. (1995). Managing Legitimacy: Strategic Approaches and Institutional. *Academy of Management Review*, 20(3), 571-610.

UNODC. (2024). Drogas: Marco Legal. Disponível em: <http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/marco-legal.html>. Acesso em: 12.06.2024.